

DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE NA CONTEMPORANEIDADE OU EM BUSCA DA FORMAÇÃO AUTÔNOMA

<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.23084>

Irando Alves Martins Neto*
Renata Junqueira de Souza**

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Presidente Prudente. irandomartins@hotmail.com

** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Presidente Prudente. recellij@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é debater, com base na Filosofia, os desafios da profissão docente na atualidade, no que concerne à necessidade da formação de estudantes críticos. Para tanto, apresentam-se algumas características do sujeito contemporâneo, bem como o conceito de crítica postulado por Foucault. Por fim, discute-se sobre a possibilidade, ou não, de pensar em uma formação em que os educandos possam, de fato, legitimar verdades por meio da relação saber-poder.

Palavras-chave: sociedade do espetáculo, formação crítica, profissão docente, autonomia.

Abstract: Challenges of the teaching profession in contemporaneity or in search of autonomous training. The objective of this work is to discuss, based on the philosophy, the challenges of the teaching profession today, regarding the necessity of forming critical students. To this end, we present some characteristics of the contemporary subject as well as the concept of critique postulated by Foucault. Finally, we discuss about the possibility of thinking of a formation in which students can, in fact, legitimate truths through the knowledge-power relationship.

Keywords: society of spectacle, critical training, teaching profession, autonomy.

Introdução

Levando-se em conta a complexidade da sociedade atual, muitos são os estudos sobre as novas exigências educacionais frente às transformações sociais (LIBÂNEO, 2011; TEDESCO, 2004). Nesse contexto, há dúvidas frequentes sobre o papel da escola e os conteúdos necessários para a formação do educando. O perfil de aluno que sugerem formar, no entanto, é certo: quase sempre, as discussões, sejam elas vindas de estudos da área educacional ou não, concordam com a importância de formar cidadãos críticos e autônomos, mesmo que sem muita clareza a respeito desses conceitos.

Tomando-se como base as grandes mudanças da sociedade¹, porém sem a pretensão de chegar a conclusões acerca do tema, neste texto objetivamos refletir sobre a profissão docente na atualidade. Para tanto, mediante referenciais teóricos da Filosofia, apresentamos algumas características da sociedade atual, a fim de fazermos uma leitura não apenas do modelo de aluno com o qual o professor lida, mas também das características do próprio educador, já que ele vive as mesmas transformações sociais que seus educandos. Além disso, trazemos um conceito de 'crítica', na tentativa de refletirmos

¹ Tais mudanças dizem respeito, sobretudo, às condições de trabalho atuais, as quais exigem do trabalhador competitividade, flexibilidade e produtividade; tudo em prol do crescimento de lucro das empresas. Mas, referem-se também à perda da subjetividade da sociedade, ao consumismo exacerbado.

sobre o que é ser 'sujeito crítico' e sobre a possibilidade – ou não – de formar alunos críticos nas condições que a escola e a sociedade vivem hoje.

Ante esse contexto, as principais indagações que norteiam este trabalho são: é o professor, sujeito que, assim como seus educandos, pertence a esse processo de mudança, cidadão que atua de forma crítica na sociedade? Em caso de a resposta ser positiva, de que maneira pode conscientizar seus alunos da necessidade de interrogar as 'verdades' estabelecidas? Se for negativa, como se pode afirmar que um dos papéis do docente – senão o principal – é o de formar cidadãos críticos? Como os conteúdos julgados importantes para a composição do currículo escolar favorecem a formação crítica do aluno?

Mal-estar da sociedade atual

Nos dias atuais, é senso comum que a sociedade pós-moderna vive um processo de transformações e que os meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão, contribuem para isso. É afirmação clichê que a mídia manipula as pessoas a favor do consumismo, o que realmente é fato. Todavia, esse consumismo exacerbado é, na verdade, resultado de tantas outras características do homem pós-moderno, sobre as quais procuramos refletir neste texto.

Em primeiro lugar, somos seres fragmentados: vivemos fragmentos de tempo e de espaço. "Viva intensamente o presente, pois o passado já se foi e o futuro talvez não virá!", parece ser a ordem da vez. Isso porque tudo é extremamente imediato. Há muito o quê ser feito e, conseqüentemente, nenhum tempo a perder. Nesse contexto, fazemos um pouco de tudo, mas nada por completo. Preocupamo-nos com o aqui e o agora. Assim, "sem passado e sem futuro [o homem pós-moderno] ocupa o planeta para seus fins pessoais imediatos [...]. Ele não deseja 'se fixar'. Não quer se fixar em lugares, em ideias, em pessoas, em projetos" (LA TAILLE, 2009, p. 36).

Ora, há dificuldade de se fixar na própria identidade, pois ela também é fragmentada, instável, mutante e passageira. Empréstando as metáforas do 'peregrino' e do 'turista', de Bauman, La Taille (2009, p. 48) compara:

O indivíduo pós-moderno vive como eterno turista: anda de lá para cá, não deixa que os elementos dos variados cenários

que visita penetrem-no, cada viagem se resume a um efêmero rapidamente consumido, caminha de estranhamento em estranhamento, coleciona recordações que se substituem umas às outras, apega-se momentaneamente, mas não se fixa, não se sente pertencente a nada. Nem a ninguém.

Como o presente é a única referência de tempo, a sociedade vive em busca de fragmentos de alegria que são os prazeres. Torna-se consumista: não herda bens, os adquire; não deixa bens, os consome (LA TAILLE, 2009). E o que é prazer, o que é um bom produto a ser adquirido acaba dependendo do que o outro o considera como tal.

Diante disso, a identidade se define não pelo conjunto de características próprias e exclusivas de determinado indivíduo, tampouco pela consciência que se tem de si mesmo, mas por ser da mesma natureza de outrem. Define-se, portanto, pela identidade, pela ausência de subjetividade ou por um tipo de intersubjetividade irracional. E essa é, pois, a segunda característica da sociedade atual que queremos tratar: a falta de subjetividade, que aqui chamamos de 'intersubjetividade irracional'.

Primeiramente, se acreditamos que o ser humano é construído histórica e socialmente, concordamos que seus modos de agir e de pensar, bem como seus desejos e vontades não são completamente individuais, mas coletivamente instituídos. Nesse sentido, a ideia de subjetividade é questionada e discutida, porque a experiência individual de cada pessoa se forma e se desenvolve em constante interação com experiências individuais de outrem. Por essa razão, o termo 'intersubjetividade' vem sendo usado, mas não necessariamente de forma negativa.

Portanto, nossa crítica é, na verdade, ao modismo. Parece incontestável dizer que vivemos um tempo em que a lógica é estar na moda. O bonito e o prazeroso são legitimados rapidamente e, com mais pressa, são tidos como necessidade imediata. A qualidade não é questionada e a lógica que impera é a da aparência, não a da coerência. Isso porque "dependemos do espetáculo para confirmar que existimos e para nos orientar em meio a nossos semelhantes, dos quais nos isolamos" (KEHL, 2004, p. 50). Por isso mesmo, vale tudo para estar de acordo com o 'outro', inclusive mudar o próprio corpo, tomando suplementos para ganhar massa, colocando silicone para aumentar

partes do corpo (geralmente as que instigam a sexualidade. Com isso, não há um pensamento reflexivo sobre o que o homem consome. As músicas sem sentido representam bem a falta de consciência sobre o que se ouve, sobre o que se compra, ou seja, há certa irracionalidade quanto às escolhas, quanto à subjetividade.

Além disso, o modismo tem sempre a ver com o consumo. Portanto, essa é outra característica da atualidade: o homem pós-moderno é consumista. É um ciclo vicioso: o indivíduo vazio, entediado, consome e, ao consumir, tem um momento de alegria. Alegria não apenas porque comprou, mas, sobretudo, porque mostrará sua mais nova aquisição, porque será bem-visto por seus semelhantes. O fragmento de felicidade dura até que a indústria lance outro produto, que desequilibrará esse indivíduo, tornando-o vazio mais uma vez. Não nos esqueçamos da transitoriedade da indústria atual. A cada dia, são inventados novos produtos que se tornam necessidades, os *must-have*, mas que logo precisam ser substituídos por outra mercadoria. Aponta La Taille (2009, p. 37) que “[...] tudo se sucede em velocidade estonteante, o que vale hoje talvez nada valerá amanhã. O presente é eterno, porque única referência temporal, e efêmero, porque o que nele é feito está sob o signo do descartável”.

É verdade que o consumismo tende a ser democrático, mas se trata de um processo dialético. Embora haja grande variedade de produtos e muita facilidade para comprá-los (diferentes formas de compra: *on-line*, telefone, centro de compras onde encontramos tudo em um só lugar; e diferentes formas de pagamento: cartão de crédito, boleto, débito automático, financiamento, consórcio, empréstimos para compra), nossas escolhas são limitadas. Assim, mesmo que tenhamos muito o quê escolher, que sejamos livres para comprar, apenas podemos consumir o que é aprovado pelo outro. Nas palavras de La Taille (2009, p. 175), “[...] o valor que cada pessoa atribui a si depende, pelo menos em parte, do valor que os outros, ou certos outros, lhe atribuem”.

Nesse sentido, La Taille (2009) defende que vivemos uma ‘cultura da vaidade’, em que a aparência é a bola da vez. É preciso se aparecer não apenas para obter certos benefícios (mostrar suas qualidades em uma entrevista de emprego a fim de ser contratado, por exemplo), mas, principalmente, para ser admirado. No entanto, para o vaidoso, a admiração alheia é um fim em si mesmo. O que realmente importa não é ser o

que considera louvável; basta aparentar ser, basta que o outro ache que ele é. “O homem pós-moderno trocou a avaliação ética do mundo pela avaliação estética. O mundo seria uma espécie de espetáculo, mas um espetáculo fragmentado” (LA TAILLE, 2009, p. 29). Mas para se tornar visível – e ter orgulho de se aparecer – é preciso ser diferente (LA TAILLE, 2009). Por outro lado, na busca pela vaidade, pela aparência e visibilidade, o diferente tende a ser igual. Ora, se as pessoas procuram ser diferentes uma das outras, isso as caracterizam como semelhantes, pois buscam o mesmo propósito. Não é necessário retomar, também, que o respeito de si depende da aprovação do outro, ou seja, as diferenças precisam ter seus limites, além do mais, é muito comum copiar as formas de vestir das celebridades.

Até o momento, vimos que a sociedade atual vive fragmentos de tempo e espaço, sendo o próprio indivíduo fragmentado, já que não consegue se fixar a objetos, a pessoas e tampouco a uma identidade. Vimos, ainda, que existe certa irracionalidade em relação aos gostos e desejos, já que a ordem do dia é seguir a moda e, portanto, consumir exacerbadamente. Vivemos, assim, numa “cultura da vaidade” (LA TAILLE, 2009) ou numa “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1967, apud KEHL, 2004, p. 44). Com isso, nos perguntamos: o que faz com que continuemos reféns do consumo e da necessidade de aparecermos? O que nos conduz a tais comportamentos?

Acreditamos que a mídia, sobretudo a televisão, tem papel crucial na estabilização de tais características. A título de exemplo, temos o telejornal que, ao mesmo tempo em que fala de todos os espaços e todos os tempos, transmite-nos notícias fragmentadas, sendo que a transitoriedade da transmissão dos acontecimentos globais não nos permite refletir acerca de cada fato noticiado. Por outro lado, repetem eventos relativamente sem importância por vários dias consecutivos. Se a vinda do atual Papa ao Brasil, por exemplo, parece importar a muitos cidadãos, repetir por inúmeras vezes que o pontífice carregou a própria mala (de mão) e que optou por um carro bom em vez de um luxuoso automóvel mais revela a posição política e ideológica do veículo de comunicação do que uma intencionalidade meramente informativa e objetiva. Isso elabora, ainda, a agenda dos milhões de telespectadores, que assumem o tema como pauta de suas interações nas diferentes instâncias sociais, geralmente reproduzindo o

que está sendo exposto e não tentando averiguar os motivos de tanta ênfase no acontecimento.

As telenovelas são também, e talvez com mais intensidade, fragmentos de tempo. Ainda que o intuito, como defendem seus diretores e autores, seja representar a vida real, inicia-se a trama sem a preocupação com acontecimentos passados, a não ser quando é preciso trazer um fato à tona para justificar o presente. O futuro também inexistente. Os personagens não têm planos de vida, mas problemas a serem solucionados. Depois de resolvidos, no último capítulo, passam-se dois anos (o que caracteriza um 'novo' presente e não o futuro), não importando o que houve durante esse tempo, e os protagonistas vivem felizes. E não sabemos se vivem felizes para sempre, como nos contos de fada, mas o próprio fim da telenovela é sem fim. Diferentemente do romance, em que alguns autores finalizam com lacunas, de modo que cabe ao leitor inferir o fim da história e interpretar o que pode ter ocorrido posteriormente. A telenovela dá as respostas ao telespectador, mostra como acabou e nada mais vale depois do último capítulo, acabando num fragmento de alegria, muitas vezes, previsível desde o primeiro capítulo. O próprio telespectador não quer algo diferente das suas expectativas. Ele deseja o final feliz, assim como a televisão o faz crer que o seu será.

Além disso, a telenovela determina a moda. É comum os telespectadores copiarem não somente as roupas e cortes de cabelo de certos personagens, mas inclusive as expressões linguísticas por eles utilizadas. É normal que ouçam as músicas escolhidas como trilhas sonoras da ficção. Então, a emissora customiza e vende os produtos utilizados pelos personagens, como também organiza e vende CDs com as trilhas sonoras das novelas.

Adorno (1986), com o foco sobre o filme, utiliza-se do termo 'indústria cultural' para se referir à produção 'artística' cujo objetivo último é conseguir dependência e servidão dos homens e, consequentemente, obter lucros. Concordamos com Kehl (2004, p. 43), quando diz que "[...] a televisão é a mais espetacular tradução da indústria cultural". Não é a toa que, hoje, programas como o Globo Repórter e o Domingão do Faustão fazem reportagens sobre o cenário da novela que se inicia na semana seguinte ou entrevistas com os protagonistas. Dito de outra forma, eles fazem propagandas das novelas, sugerindo ser de grande importância intelectual e cultural.

Quanto ao consumismo, na televisão, ele está presente principalmente nas propagandas. Os produtos são apresentados como extremamente necessários para o bem-estar humano. As pessoas aparecem felizes com famílias. Muitas vezes, são utilizados atores famosos dizendo que utilizam tal produto ou serviço. Em geral, as propagandas são rápidas, com muitas cores e só se mostram as qualidades do produto.

Diante das características apresentadas, compreendemos a sociedade atual como inconsciente do próprio agir e pensar. Entendemos que o homem entediado busca seus momentos fragmentados de prazer no consumo, e faz isso de maneira irracional. Com isso, é considerado importante que a escola forme alunos capazes de refletir sobre o mundo em que vivem. Assim, apresentamos, a seguir, um conceito de crítica e algumas considerações sobre como a instituição escolar tem conseguido cumprir – ou não – esse papel.

Conceito de crítica e formação do sujeito

“[...] Uma das tarefas precípua da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica”, diz Freire (1996, p. 32). Há certo consenso de que uma das principais finalidades da educação brasileira é formar alunos críticos. A esse respeito, Libâneo (2011, p. 9-10) diz que a escola dos sonhos “[...] é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações”. O autor acrescenta que formar cidadãos participantes em todas as instâncias da vida social contemporânea implica desenvolver o pensamento autônomo, crítico e criativo dos educandos, propiciar a interação crítica com as mídias e multimídias dentre outras exigências. Na mesma linha de raciocínio, Tedesco (2004, p. 64) afirma que “agora é necessário que se ensine a usar os meios para evitar que a imagem nos manipule, o que abre a porta para toda uma linha de ação educativa futura baseada em formar para o uso crítico dos meios”.

Concordamos com os autores supracitados no que se refere à importância da criticidade na formação dos educandos. Portanto, consideramos essencial apresentar um conceito acerca do termo 'crítica', a fim de pensar sobre a possibilidade – ou não – de formar alunos

críticos, levando em conta as principais características da sociedade atual apontadas na primeira parte deste texto.

Para Foucault (2000, p. 170), “[...] a crítica existe somente em relação a outra coisa que ela mesma: ela é instrumento, meio para um devir ou uma verdade que ela não saberá e não será, ela é um olhar sobre um domínio que quer policiar e não é capaz de fazer a lei”. Segundo o pensador, a crítica está estritamente relacionada com o poder, com o governo de si e do outro, com a produção de verdade e com o questionamento sobre essas verdades que têm poder sobre o homem, conduzindo-o, governando-o.

Atentemo-nos que Foucault não compreende ‘poder’ tão somente como algo negativo. Trata-se, na verdade, do direito e competência de governar a si e o outro, característica própria e inevitável de grupos que vivem em sociedade (e qual é que não vive?). Para o filósofo, o poder sobre o outro, o governo do outro é consequência do que é estabelecido como verdade, ou seja, há regras a serem seguidas e punições serão aplicadas a quem desobedece-las. O ‘poder’, para Foucault (2000, p. 183), tem relação direta com o ‘saber’, “[...] que se refere a um momento dado e em um domínio definido”, quer dizer, os saberes que terão validade serão aqueles coerentes com o seu tempo e pertencentes a uma esfera social reconhecida, aqueles de acordo com um conjunto de regras e obrigações características de certa época, isto é, em consonância com determinado poder.

Não se trata, portanto, de descrever o que é saber e o que é poder, e como o primeiro pudesse reprimir o segundo, ou este abusaria daquele, mas se trata, melhor, de descrever um nexo de saber-poder que permita captar o que constitui a aceitabilidade de um sistema, seja o sistema da doença, da delinquência, da sexualidade etc. (FOUCAULT, 2000, p. 184).

Aceitar ou não essas verdades, concordar ou não com determinado saber é fator decisivo para o ser crítico. Nesse sentido, Foucault (2000, p. 173) resume:

[...] a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade; a crítica será a arte da não-servidão voluntária, da indocilidade

refletida. A crítica teria essencialmente por função o dessujeitamento no jogo que poderia ser denominado, em uma palavra, de política da verdade.

Para o autor, ser crítico, portanto, não é negar todo e qualquer tipo de governo; é questionar as verdades estabelecidas; é não ser sujeito dogmático. Não se trata, pois, de agredir as regras sociais das quais discordamos, de simplesmente julgar errado o que é seguido por uma sociedade, mas ter consciência sobre o que é tido como verdade e refletir sobre como mudar a situação, quer dizer, como produzir e legitimar outras verdades.

E quais saberes podem-nos levar ao poder? Na escola, de que forma os saberes são socializados? Por que tal saber em detrimento de outro? Estaríamos, de fato, formando alunos críticos, tal como determinam as leis? Estariam os professores questionando os saberes que ensinam?

Em primeiro lugar, é preciso destacar que as habilidades e competências desenvolvidas na escola estão estritamente relacionadas – e isto não é surpreendente – às finalidades da educação brasileira, que se resumem a “[...] desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2010, p. 20). O objetivo das atividades escolares é, em última instância, formar alunos capazes de ‘atuar’ na sociedade, e não de ‘compreendê-la’ e tampouco ‘transformá-la’. Não se trata de formar cidadãos aptos a modificar a realidade em que vivem, a revolucionar e a fazer história, mas significa adequar os alunos ao sistema capitalista excludente, sem que se deem conta que são escravos dele. Assim, no caso da disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo, a escola geralmente limita-se a ensinar a ler e a produzir textos do cotidiano, alegando terem eles caráter utilitário nas diversas instâncias sociais. Vale lembrar que esses saberes, insuficientes para se formar cidadãos questionadores de seus modos de vida, são selecionados por classes dominantes, cujo objetivo pode não ser formar cidadãos reflexivos, mas o contrário.

Por outro lado, estaria a escola (gestores, professores, alunos e família dos alunos) preparada para lidar com novos saberes? De acordo com Libâneo (2011), os professores saem dos institutos e faculdades despreparados para o exercício da profissão, “[...] com um nível de

cultura geral e de informação extremamente baixo, o que resulta num segmento de profissionais sem as competências pessoais e profissionais para enfrentar as mudanças gerais que estão ocorrendo na sociedade contemporânea” (LIBÂNEO, 2011, p. 91). Pesquisas apontam (BRITTO, 1998; GERALDI, 1991) que o livro didático (e o manual do professor) vem estruturando o trabalho pedagógico do docente, pois o educador, nas condições atuais de prática pedagógica não precisa nem pensar o conhecimento nem reelaborá-lo, uma vez que tais tarefas são atribuídas a outras instâncias. À universidade e aos centros de pesquisa cabe a produção do conhecimento; aos autores de livro didático, cabe a seleção, adaptação e organização desse conhecimento. Nesse sentido, o próprio professor, profissional mais intimamente ligado à aprendizagem dos alunos e grande responsável por sua formação crítica, não estaria questionando os conhecimentos que socializam com seus alunos, mas estaria sendo reprodutor. Não poderíamos esperar outra coisa se levarmos em conta a quantidade de horas que o professor precisa trabalhar para garantir seu sustento. Não é novidade que o professor reflexivo no Brasil é praticamente um mito.

Desnecessário dizer que o próprio desprestígio docente atual revela certa incapacidade de esses profissionais mudarem essa realidade deplorável. Como pode o professor, sujeito constantemente desrespeitado e submisso ao sistema, conscientizar seus alunos da necessidade de questionar as verdades do mundo? Numa perspectiva que talvez para alguns pareça um tanto quanto pessimista, cremos que, nas condições em que se encontra a (des)profissionalização docente na atualidade, não é possível, em geral, formar alunos críticos, reflexivos, autônomos, emancipados que não seja apenas no aspecto formal do termo. Levando-se em conta a relação saber-poder, apresentada mediante o conceito de crítica de Foucault (2000), evidencia-se que no Brasil os saberes necessários ao poder são alheios aos professores, mas estão nas mãos daqueles que não querem perder o poder (e, nesse caso, ‘poder’ no sentido negativo de manipulação e controle do outro). Assim, o educador fica de mãos atadas. Tem consciência da sua situação, mas parece não ter os saberes necessários para mudá-la.

Do ponto de vista de Kant (2005), sobre o esclarecimento [*Aufklärung*], o professor está

num estado de menoridade, submisso a um poder tutelar alheio. Se, para Kant (2005), o homem é o próprio culpado de sua menoridade quando a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem, o docente seria, então, culpado de sua menoridade? Seja o que for, o maior desafio da profissão docente parece ser, antes de formar alunos críticos, formar-se como cidadão crítico.

Considerações finais

Apresentamos no decorrer deste texto, os desafios da profissão docente com base em uma relação entre as principais características da sociedade atual e a necessidade de se formar alunos que compreendam e questionem o seu papel no mundo. Mediante referenciais sobre o tema, discutimos, num primeiro momento, acerca da situação em que o homem pós-moderno vive. Discorremos, ainda, sobre o conceito de crítica adotado por Foucault e, finalmente, refletimos sobre as condições de a escola formar alunos críticos ou não diante da complexidade pela qual passamos.

Em primeiro lugar, vimos que na contemporaneidade o homem se caracteriza como ser fragmentado, vazio, entediado. Sem identidade, o sujeito vaidoso busca momentos de alegria no consumo e na visibilidade, sendo a aparência aspecto de maior importância. Dessa maneira, apontamos certa irracionalidade nas atitudes e nas formas de pensar, de modo que o indivíduo aceita e reproduz as verdades estabelecidas por outrem sem questioná-las.

Então, considerando o conceito foucaultiano de crítica, ou seja, a capacidade de interrogar as verdades convencionadas ou impostas, evidenciamos que o sujeito pós-moderno não é crítico. Portanto, concordamos com os debates atuais acerca da educação quando dizem ser papel da escola formar cidadãos de pensamento crítico e reflexivo. No entanto, defendemos que há certa ingenuidade a esse respeito. Ora, seria inocência defender uma formação crítica quando os próprios professores são figuras oprimidas pelo poder do Estado. Precisamos pensar, em primeiro lugar, na autonomia desses profissionais. Dito em outras palavras, os professores precisam ser libertos. Enquanto isso não ocorre, resta-nos ter consciência da situação da sociedade atual e da aparente impossibilidade de mudá-la.

Referências

ADORNO, T. W. A indústria Cultural. In: _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1986, p. 92-99.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRITTO, L. P. L. Leitor interditado. In: MARINHO, M.; SILVA, C. S. R. da (Org.). **Leituras do professor**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 61-78.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FOUCAULT, M. O que é crítica? (Crítica e Aufklärung). **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**, Marília, v. 9, n. 1, p. 169-189, 2000.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: _____. **Textos seletos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 63-71.

KEHL, M. R. O espetáculo como meio de subjetivação. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. **Videologias**: ensaios sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 43-62.

LA TAILLE, Y. de. **Formação ética**: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEDESCO, J. C. **O novo pacto educativo**: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2004.

Recebido em: 21/02/2014

Aceito em: 18/03/2014